

Tipos de entidades semânticas dos referentes que são tópicos discursivos em descrições, narrativas de experiência e relatos de opinião

Types of Semantic Entities of Referents that are Discourse Topics in Descriptions, Experience Narratives and Opinion Reports

Aline Gomes Garcia

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Araraquara | SP | BR

gomes.garcia@unesp.br

<https://orcid.org/0000-0002-6348-9179>

Resumo: Neste artigo, fundamentamo-nos na Gramática Textual-Interativa objetivando descrever o tipo de entidade semântica dos tópicos discursivos em descrições, narrativas de experiência e relatos de opinião, do Banco de Dados IBORUNA. Considerando que os textos de nosso corpus são representativos de gêneros textuais descritivos, narrativos e argumentativos, compõe ainda nosso propósito discutir a influência de traços de gêneros em que predomina a descrição, a narração ou a argumentação sobre os tipos semânticos dos tópicos na construção de textos. Partindo do método de análise tópica, que permite a identificação dos tópicos discursivos instaurados nos textos, o procedimento utilizado para precisar a categoria semântica de cada um dos tópicos identificados foi a distinção do tipo de entidade semântica denotada pelo termo que expressa o tópico discursivo e por aqueles que mais evidenciam a contração tópica. Assim, demonstramos que, em descrições, há predominância de tópicos que são da classe semântica lugar e, em narrativas de experiência e em relatos de opinião, a ocorrência maior é de tópicos que são da categoria dos estados-de-coisas, com quase exclusividade desse tipo semântico em narrativas de experiência e frequência também expressiva de tópicos que são proposições em relatos de opinião. Argumentamos, então, que os tipos de entidades semânticas dos tópicos em descrições, narrativas de experiência e relatos de opinião são influenciados por características de gêneros textuais descritivos, narrativos



e argumentativos e propomos que os gêneros textuais se diferenciam uns dos outros e podem ser caracterizados pelos tipos de entidades semânticas dos tópicos discursivos em cada um deles.

Palavras-chave: tópico discursivo; ontologia; descrição; narração; argumentação.

Abstract: This paper, based on Textual-Interactive Grammar, aims to describe the type of semantic entity in discourse topics in descriptions, narratives about experiences and opinion reports of the IBORUNA Database. Considering the texts of our *corpus* are representative of descriptive, narrative and argumentative textual genres, our purpose is also to discuss the influence of the genre features in which description, narration or argumentation predominates over the semantic types of topics in the construction of texts. Based on the topic analysis method, which allows the identification of the discourse topics established in the texts, the procedure used to specify the semantic category of each of the identified topics was the distinction of the type of semantic entity denoted by the term that expresses the discourse topic and by those that make the topic centering most evident. We demonstrate that, in descriptions, there is a predominance of topics from the semantic class of place and, in narratives that describe experiences and opinion reports, topics from the category of states-of-things occur the most, with almost exclusivity of this semantic type in narratives about experience and also an expressive frequency of topics that are propositions in opinion reports. We argue, then, that the types of semantic entities of the topics in descriptions, narratives about experiences and opinion reports are influenced by descriptive, narrative and argumentative textual genres characteristics. We further propose that textual genres differ from each other and can be characterized by the types of semantic entities of discourse topics in each of them.

Keywords: discourse topic; ontology; description; narration; argumentation.

1 Introdução

A Gramática Textual-Interativa, também conhecida como Perspectiva Textual-Interativa, é uma vertente da Linguística Textual (LT) que surgiu no interior do Projeto de Gramática do Português Falado (Castilho, 1990) e que tem em sua base teórica princípios de três diferentes áreas da Linguística, sendo uma delas a Pragmática.¹ De acordo com Jubran (2015a), um olhar pragmático respalda a primazia da teoria pela dimensão comunicativo-interacional, orientando a descrição de dados linguístico-textuais essencialmente a partir de seu funcionamento em situações concretas de uso da linguagem, dentro do quadro de suas condições de efetivação. Também o alinhamento da Gramática Textual-Interativa (GTI, daqui em diante) à perspectiva pragmática da LT demonstra a presença da ótica pragmática nesse quadro teórico-metodológico. Conforme Koch (2018 [2004]), com a virada pragmática, a LT passa a pesquisar o funcionamento da língua nos processos comunicativos de uma sociedade concreta, deixando os textos de serem vistos como estruturas acabadas e passando a ser considerados no processo de sua constituição, verbalização e tratamento pelos parceiros da comunicação.²

Tendo a GTI a preocupação com a língua em contextos de uso e, conseqüentemente, com a inserção dos textos na sua instância de produção, o que, como se pode notar, também está presente na fase pragmática da LT (Koch, 2018), o foco de investigação dessa vertente de base pragmática dos estudos do texto concentra-se, segundo Jubran (2015a), na construção textual integrada aos fatores enunciativos que lhe garantem existência e que se mostram nos próprios procedimentos de constituição do texto. Essa visão que congrega estruturas e processamento de estruturas textuais sustenta a descrição não apenas de regularidades estritamente estruturais dos textos, mas também princípios que governam a atividade verbal, conforme as restrições impostas em cada situação de comunicação verbal e as escolhas facultadas ao falante (Jubran, 2007), o que já sinaliza um pressuposto assumido pela GTI – o de que a construção textual está relacionada às características dos gêneros textuais a que os textos se filiam.

Um trabalho que representa um desenvolvimento recente de estudos textuais de base fundamentalmente pragmática, que descreve fenômenos textuais a partir de seu contexto de uso, buscando compreender como a construção dos textos associa-se a particularidades dos gêneros textuais em que se realiza, é o livro sobre diacronia de processos de construção textual (Penhavel; Cintra, 2022), todos com base na GTI. Como explicam estes autores, o percurso diacrônico de cada processo de constituição do texto descrito na obra situa-se no contexto da evolução histórica do gênero textual em que o processo é estudado. Por exemplo, no capítulo sobre referenciação em cartas de leitor mineiras, Cintra (2022) analisa cartas de três sincronias – primeira e segunda metades do século XIX e segunda metade do século XX –, discutindo especialmente a referenciação pronominal na função de sujeito sintático da oração, com pronome expresso ou elíptico, na designação de primeira e segunda pessoas do discurso. Observando traços gerais das cartas de leitor no período diacrônico investigado, o

¹ Os princípios que constituem a base teórica fundadora da teoria também vêm da Linguística Textual e da Análise da Conversação.

² Mesmo mais alinhada a um viés pragmático, a GTI não nega a orientação cognitivista da LT. Jubran (2007), por exemplo, deixa claro que a entrada cognitivista no trajeto da LT permitiu uma visão mais clara do conhecimento sociointeracional, que interessa aos estudos textual-interativos. Por isso, a autora caracteriza a GTI como uma teoria de base pragmática, mas que também tem compatibilidade com a orientação cognitivista da LT.

autor aponta que houve mudança na dinâmica interacional das cartas, tendo ocorrido particularmente mitigação do diálogo simulado entre primeira e segunda pessoas discursivas e conseqüente inibição da presença dos parceiros presumidos, o que levou à diminuição do caráter interpelativo e emotivo da interação. Assim, Cintra (2022) defende que essa mudança nas atividades interacionais no gênero influenciaram o uso de certas estratégias de referência, haja vista que um dos achados do autor foi a diminuição da utilização do pronome expresso na designação pronominal da primeira e, sobretudo, da segunda pessoa discursiva, indicando, portanto, uma atenuação diacrônica no grau de envolvimento dos participantes na interação, o que foi estampado na materialidade textual pelo processo de referência.

Nesse contexto de desenvolvimento recente de estudos textuais muito alinhados a um viés pragmático, que buscam interpretar os fenômenos textuais assumindo sua relação intrínseca com o contexto de uso e, dessa forma, com as características dos gêneros textuais a que os textos se filiam, neste artigo,³ nos embasamos na GTI com o objetivo de descrever o tipo de entidade semântica dos referentes que adquirem estatuto de tópico discursivo em um conjunto de descrições, narrativas de experiência e relatos de opinião, coletado da Amostra Censo do Banco de Dados IBORUNA (Gonçalves, 2007), o qual reúne amostras linguísticas do português brasileiro contemporâneo falado na região noroeste do estado de São Paulo. Sendo as descrições, as narrativas de experiência e os relatos de opinião de nosso material representativos do que seriam gêneros textuais descritivos, narrativos e argumentativos, compõe ainda nosso objetivo discutir a influência de traços de gêneros textuais em que predomina a descrição, a narração ou a argumentação sobre os tipos de entidades semânticas dos tópicos na construção dos textos aqui em estudo. Essa discussão deixa evidente nossa preocupação em compreender a constituição textual no contexto de suas condições de efetivação, conforme respalda a base pragmática da GTI, e, especialmente, na relação com traços dos gêneros textuais em que se atualiza, como sustenta o referido pressuposto assumido pela GTI.

O artigo está organizado da seguinte forma: depois desta seção de introdução, na seção 2, apresentamos os fundamentos da GTI e a noção de tópico discursivo definida na teoria; depois, na seção 3, sintetizamos os tipos de entidades semânticas dos referentes; na sequência, na seção 4, fazemos nossa discussão de dados, detalhando os tipos de entidades semânticas dos referentes que são tópicos em nosso material; dando continuidade ao artigo, na seção 5, refletimos sobre como características de gêneros textuais descritivos, narrativos e argumentativos motivam as classes semânticas dos textos por nós analisados; na seção 6, apresentamos nossas conclusões, que vêm seguidas de uma seção de agradecimento e de outra dedicada às referências bibliográficas.

2 A Gramática Textual-Interativa e a noção de tópico discursivo

Como uma vertente da LT, a GTI constitui um quadro teórico-metodológico que toma o texto como objeto de estudo, focalizando especificamente a construção textual. Desse modo, os trabalhos desenvolvidos na GTI enfocam os processos de construção de textos, a saber, organização tópica, referência, parentetização, repetição, correção, parafraseamento e

³ O presente artigo origina-se da tese de doutorado intitulada *Uma abordagem textual-interativa da relação entre organização tópica e referência em descrições, narrativas de experiência e relatos de opinião* (Garcia, 2022).

tematização/rematização, bem como os marcadores discursivos, um conjunto de expressões linguísticas de constituição diversificada que colaboram para a efetivação textual-interativa desses processos (Jubran, 2015a; Penhavel; Cintra, 2022).

Segundo Jubran (2007), a GTI assume a concepção de linguagem como interação social, como forma de ação verbal, por meio da qual os interlocutores efetuam tarefas comunicativas de trocas de representações, interesses, metas, sempre no contexto de um espaço discursivo orientado aos parceiros da comunicação. Considerando essa concepção, a linguagem não pode ser estudada sem se levar em conta suas condições de efetivação, como enfatiza Jubran (2007). Alinhada a essa forma de conceber a linguagem está a noção de texto da GTI, entendido como um processo dinâmico, sujeito a pressões de ordem interacional, que se mostram na sua própria materialidade linguística (Jubran, 2007).

Calcada nesses conceitos, a GTI lança seus princípios basilares. Um deles, sinalizado na seção de introdução, é o de que os fenômenos considerados na teoria têm suas propriedades e funções definidas no uso, nas situações concretas de interlocução, coenvolvendo as circunstâncias de enunciação. Outro princípio fundamental da GTI é o de que os fatores interacionais são constitutivos do texto e inerentes à expressão linguística, o que faz com que as condições enunciativas que sustentam a ação verbal estejam inscritas na própria materialidade textual. Alicerçado na assumida imbricação dos procedimentos de formulação textual e de interação, já representada no próprio nome do quadro teórico-metodológico, está um terceiro pressuposto crucial à GTI, o princípio de gradiência. Conforme esse princípio, a análise dos procedimentos de elaboração textual não dicotomiza as funções textual e interativa, mas as conjugam, segundo a dominância de uma ou de outra função (Jubran, 2007, 2015a).

Com base nesse perfil teórico, a GTI define uma categoria de análise de estatuto textual – o tópico discursivo. Analisando a conversação, que envolve a troca de turnos entre, pelo menos, dois interlocutores, Jubran (2015b) explica que a constituição desses textos implica uma construção colaborativa, na qual um turno não é apenas um sucessor temporal de outro, mas é produzido, em alguma medida, por referência ao anterior.⁴ Dessa forma, segundo a autora, a relação de interdependência entre turnos conversacionais pode ser motivada pela preocupação dos falantes de se entrosarem, buscando manter o seu texto em torno de um conjunto de objetos de discurso⁵ compartilhados, foco da interação verbal. Assim, “há como que uma consciência de que se deve *falar sobre algo* e de que o ponto para o qual converge a conversa deve ficar claro para os interlocutores” (Jubran, 2015b, p. 86, destaque nosso). Constatando, então, que a construção textual é orientada pela centração dos falantes em determinados temas, que se estabelecem como foco da interação verbal (Jubran, 2015a), o tópico discursivo é assumido na GTI como um elemento decisivo na constituição dos textos e a topicalidade, ou seja, a estruturação do texto em tópicos discursivos, o fio condutor da organização textual-interativa.

⁴ Como detalha Jubran (2006a), a categoria analítica do tópico discursivo foi definida a partir da análise de dados da modalidade falada da língua, especificamente do estudo da conversação. Mais adiante, o tópico discursivo foi sendo utilizado para a análise de textos de outros gêneros falados e também escritos (Guerra, 2022; Penhavel, 2010, 2020; 2022; Pinheiro, 2005; Souza, 2020; Zanin, 2023), o que demonstra a aplicabilidade da categoria para a *análise textual*, não sendo restrita somente a textos falados, uma vez que o tópico discursivo é um elemento fundamental na construção textual, conforme se poderá notar nesta seção 2.

⁵ Os objetos de discurso não são entidades que têm relação especular com o mundo real, mas entidades interativa e discursivamente produzidas pelos interlocutores ao longo da enunciação, sendo no e pelo discurso que são colocados, delimitados, desenvolvidos e transformados (Mondada, 2001).

Tratando propriamente da noção de tópico discursivo, esta não pode ser confundida com a de tópico sentencial ou da predicação.⁶ Como frisa Jubran (2015b), os segmentos textuais nos quais os tópicos discursivos são instaurados assumem uma extensão que vai além dos limites sentenciais, havendo, via de regra, sequências de sentenças que se mantêm no mesmo tópico discursivo. Sendo, pois, uma categoria de análise pensada conforme propriedades próprias da organização textual-interativa da linguagem, o tópico discursivo pode ser entendido, no sentido geral, como “acerca de’ que se fala” (Jubran, 2006a, p. 35). De forma mais específica, Jubran (2015b) argumenta que o tópico, que é uma categoria analítica abstrata, manifesta-se no texto mediante enunciados formulados pelos interlocutores a respeito de um conjunto de referentes, concernentes entre si e em relevância em determinado ponto do texto. Nesse contexto, a autora define duas propriedades particularizadoras do tópico discursivo – centração e organicidade. A propriedade de centração abrange três traços, que são concernência, relevância e pontualização.

A concernência diz respeito à relação de interdependência entre elementos textuais, firmada por mecanismos coesivos de sequenciação e referenciação, que promovem a integração desses elementos em um conjunto referencial específico de objetos de discurso, explícitos ou inferíveis, instaurado no texto como alvo da interação. O traço da relevância, por sua vez, compreende a proeminência de elementos textuais na constituição desse conjunto de referentes, que são projetados como focais, tendo em vista o processo interativo. Por último, o traço da pontualização corresponde à localização desse conjunto referencial em determinado ponto do texto, fundamentada na concernência e na relevância de seus elementos.

O exemplo em (1), a seguir, ajuda a compreender a noção de tópico discursivo apresentada, bem como os três traços da propriedade tópica de centração.

(1) Tópico discursivo: Atividades profissionais do marido de L1

Doc. – o seu marido sempre exerceu essa profissão que ele tem agora?

L1 – não ele teve escritório no início da carreira ... teve escritório durante ... oito anos:: mais ou menos ... depois ... ainda com escritório ... e como ele tinha liberdade de advogar ele também ... exercia a:: profi/ o a advocacia do Estado né?: ... e depois ... é que ele começou a lecionar quando houve ... a necessidade de regime de dedicação exclusiva [...] ... então:: ele::: começou a lecionar foi convidado e:: [...] e::: e deu-se muito bem no magistério ... ele se realiza sabe? [...] ele se dedica muitíssimo a ... tanto à carreira de procurador como de professor (tá?) [...] [D2 SP 360: 1.160-91]

(Jubran, 2015b, p. 88)

Segundo Jubran (2015b), em (1), a concernência é constatada pela observação da construção de um conjunto de referentes relativo às profissões do marido de L1. A interdependência entre os elementos constitutivos desse conjunto referencial é instaurada, por exemplo, pela coesão lexical estabelecida entre lexemas como *profissão*, *escritório*, *carreira*, *advogar*, *lecionar*, *magistério*, *procurador* e *professor*, que circunscrevem o tema “profissão”. Já a relevância

⁶ De acordo com Camacho (2002), na predicação, isto é, em uma estrutura que envolve um predicado e um conjunto de termos apropriados inseridos nesse predicado (*João escreve a carta*, por exemplo, cf. Dik 1997), um constituinte com função tópica apresenta a entidade sobre a qual se faz uma predicação, como “ele”, em “No Brasil, ele evoluiu muito [o teatro]” (Camacho, 2002, p. 272. Adaptado).

tópica decorre da posição focal assumida por dados referentes na construção do tópico. Assim, quando observamos os temas sentenciais, notamos que estes, muitas vezes, são expressos pelo pronome “ele” e (re)categorizam o elemento “marido”, colocando-o em proeminência. A esses temas, conectam-se remas que expressam a dominância do tópico “profissões”, na medida em que especificam o exercício das profissões, como em “ele começou a lecionar”, e manifestam avaliações sobre a realização das atividades profissionais, como em “ele se realiza sabe?”. A partir da identificação dos traços de concernência e relevância tópica, pode-se pontualizar, no texto, o segmento textual que realiza o tópico discursivo identificado, o que já diz respeito ao terceiro traço da centração, a pontualização.

Como dissemos, o tópico discursivo é uma categoria analítica abstrata e, com base nos traços da centração, identificamos, na materialidade textual, o segmento textual que realiza um tópico discursivo. Esse segmento de texto que materializa um tópico é chamado, na GTI, de “Segmento Tópico” (SegT) e os segmentos textuais nos quais são instaurados os tópicos discursivos mais específicos do texto, no que diz respeito a uma hierarquização temática, são conhecidos como “SegTs mínimos”. Neste artigo, os exemplos apresentados em nossa discussão de dados sempre corresponderão a SegTs mínimos.

Tendo sido sinalizada a possibilidade de haver tópicos mais e menos específicos em um texto, passamos a tratar da segunda propriedade particularizadora do tópico discursivo, a organicidade, a qual se manifesta, como define Jubran (2015b), por relações de interdependência tópica que se estabelecem simultaneamente em dois planos, o hierárquico e o linear. No primeiro, ocorrem as dependências de superordenação e subordinação entre tópicos que se implicam pelo grau de abrangência do assunto, podendo haver em um texto, portanto, níveis de hierarquização na estruturação tópica, indo de um tópico mais amplo até tópicos mais específicos. Por outro lado, no segundo plano, as articulações intertópicas se dão em termos de adjacência ou interposições de tópicos diferentes na linearidade textual, sendo as relações de linearidade tópica basicamente caracterizadas por continuidade e descontinuidade. Neste trabalho, apesar de reconhecermos que a organicidade nos auxilia na identificação dos diversos tópicos de um texto, não daremos um tratamento mais detalhado a essa propriedade tópica porque o foco deste nosso estudo não é discutir as relações de interdependência tópica.

Ainda tratando da noção de tópico discursivo, como nosso propósito neste trabalho é discutir os tipos de entidades semânticas dos referentes que são tópicos em descrições, narrativas de experiência e relatos de opinião, importa argumentar que todo tópico discursivo pode ser admitido como um referente, conforme assumimos em Garcia (2022).

No que toca à concepção de referente, Lyons (1977b) ressalta que é comum dizer que palavras ou expressões, mas não conceitos, referem-se a coisas. Nesse sentido, focalizando a referência, o autor afirma que, quando utilizamos uma sentença descritiva simples, é frequentemente apropriado dizer que o que estamos fazendo envolve dizer algo sobre alguém ou alguma coisa, sobre uma entidade particular (ou entidades), ou grupo(s) de entidade(s) do mundo. Para exemplificar, Lyons (1977b) destaca que, em uma situação em que uma expressão como “Napoleão é um corso” é empregada para fazer uma declaração, diz-se que o falante se referiu a um certo indivíduo (Napoleão) pelo uso de expressão referencial. Sendo a referência bem sucedida, a expressão referencial permitirá que o ouvinte identifique corretamente o indivíduo em questão, que é o referente.⁷ Ainda para o autor, em sentenças com apenas uma

⁷ Na Semântica, área em que o trabalho de Lyons (1977b) se insere, o referente é tido como uma entidade do mundo extralinguístico, um objeto de mundo, concepção que se difere daquela da LT (também adotada neste trabalho), em que o referente é uma entidade textual, como é possível compreender com base na nota 5.

expressão referencial, a expressão usada para referir aquilo sobre o qual estamos falando (o referente) é tipicamente o sujeito da sentença (Lyons, 1977b).⁸ Também reconhecendo que o referente está relacionado àquilo acerca do que se fala, Brown e Yule (1983), partindo da leitura de Lyons (1977b), dizem o seguinte: “O termo *referência* pode [...] ser [...] reservado àquela função pela qual os falantes (escritores) indicam, pelo uso de uma expressão linguística, as entidades sobre as quais estão falando (escrevendo)” (Brown; Yule, 1983, p. 205, tradução nossa).⁹

Baseados nessa concepção de referente, defendemos que todo tópico discursivo pode ser reconhecido como um referente porque o tópico, na condição de tema do texto – “tema” concebido como aquilo sobre o que se fala em um discurso (Brown; Yule, 1983) –, também pode ser visto como algo do mundo, (re)construído no texto,¹⁰ acerca do que se fala no processo textual-interativo. Essa visão referencial do tópico discursivo, pressuposta em trabalhos basilares para a definição da categoria (Jubran *et al.*, 2002; Jubran, 2006a, 2006b, 2015b), pode ser demonstrada a partir do exemplo em (2).

(2) Tópico discursivo: Bronquite do filho do meio da informante

aí nasceu [...] o E. [...] mas aí ele já... ele já tinha problema de bronquite aos dois meses	1
ele começô(u) com problema de bronqui::te aí a gente... eu fiz muita nove::na... levei	2
muito no mé::dico... ele fez muito tratamen::to... até:: simpatia que eu nunca fui	3
MUI::to de crediTÁ(r)... né? mas quando você... éh:: tá naquele momento assim de	4
desesPEro... éh::... se você num sabe mais o que faz/ que cê faz você foi no médico você	5
já fez tratamento... cê tá com/ dan(d)o reMÉdio aí num melhorava num melhorava aí	6
cê (a)caba até... cain(d)o ne/ fazen(d)o simpatia né?... eu acabei fazen(d)o simpatia...	7
pra vê(r) se o E. melhorava da bronquite... e com o passar dos anos realmente graças	8
a Deus ele ficô(u) bom... ¹¹	9

[BDI-AC-102; NE: L. 43-53; 6/9]¹²

⁸ Ao versar sobre a “referência” como tratada em Lyons (1977b), importa explicar a distinção feita pelo autor entre “referência” e “denotação”. De acordo com Lyons (1977b), quando se fala em “referência”, deve-se compreender a relação entre uma expressão e o seu contexto de uso específico. Já quando se fala em “denotação” de um lexema ou expressão, deve-se entender a relação entre esse lexema e as pessoas, os lugares, as propriedades e os processos que não compõem o sistema linguístico. Assim, segundo o autor, a denotação é válida independentemente das ocasiões de enunciação e pode ser compreendida como a classe de entidades a que uma expressão poderia se referir, como a expressão “vaca”, que denota ontologicamente uma classe particular de animais. Portanto, é no uso da língua que uma expressão linguística deixa apenas de ter valor denotativo para se tornar também uma expressão referencial.

⁹ The term reference can [...] be [...] reserved for that function whereby speakers (writers) indicate, via the use of a linguistic expression, the entities they are talking (writing) about (Brown; Yule, 1938, p. 205).

¹⁰ Nesse sentido, todo tópico discursivo, desde o mais abrangente até os mais específicos de um texto, pode ser visto como um objeto de discurso, ou seja, um referente, nos termos da LT (Garcia, 2022).

¹¹ Como um método para facilitar o reconhecimento de um tópico discursivo, nos exemplos que analisamos, temos destacado em negrito trechos do SegT que mais diretamente indicam seu respectivo tópico.

¹² Ao final de cada exemplo discutido, apresentaremos, entre colchetes, a indicação da fonte da qual eles foram extraídos, como recomendado pelo Banco de Dados IBORUNA, além da ordem em que o tópico discursivo aparece na linearidade do texto que compõe e da quantidade de tópicos hierarquicamente mais específicos identificada no texto. Por exemplo: [BDI-AC-102; NE: L. 43-53; 6/9] indica que o dado foi extraído do Banco de Dados IBORUNA (BDI); da entrevista 102 da Amostra Censo (AC-102); de uma narrativa de experiência (NE, que pode variar com DE, para descrição, e RO, para relato de opinião); das linhas 43 a 53 da transcrição da entrevista; e que o tópico materializado no SegT exemplificado é o sexto, na ordem linear da construção tópica, de um total de 9 tópicos discursivos daquela narrativa de experiência.

O SegT em (2) faz parte de uma narrativa de experiência em que a informante narra a gravidez e o início da vida de seus três filhos, centrando-se, em certo ponto do texto, na bronquite do filho do meio logo depois de seu nascimento, como vemos no exemplo em apreço. Observamos a construção de um conjunto referencial relativo a tal problema de saúde do filho pela integração semântica dada principalmente entre as passagens destacadas em negrito, como “ele já tinha problema de bronquite” (L. 1), “aos dois meses ele começô(u) com problema de bronqui::te” (L. 1-2) e “eu acabei fazen(d)o simpatia... pra vê(r) se o E. melhorava da bronquite” (L. 7-8), que promovem mais diretamente um recorte temático acerca do tema “bronquite do filho”, o que já demonstra a concernência, primeiro traço da centração tópica. Também verificamos a construção desse conjunto referencial pela proeminência assumida pelos referentes “filho” e “bronquite”. Já no início do desenvolvimento do tópico, na linha 1, há a menção ao nome do filho do meio – o “E.”. Na continuação do tópico, esse objeto de discurso vai sendo mantido em foco, principalmente pelo pronome “ele” (L. 2, 3 e 9) e pela nova menção ao nome da criança (L. 8). Com relação ao referente “bronquite”, notamos a sua ativação explícita na linha 1, sua reiteração nas linhas 2 e 8 e ainda a relação semântica desse objeto de discurso com outros, como “tratamento”, “remédio” e “médico”, que também podem ser considerados do campo semântico “problema de saúde”, como o objeto “bronquite”. Assim, a saliência dos referentes “filho” e “bronquite” sugere a construção do tópico *Bronquite do filho*, o que já se relaciona com a relevância tópica, segundo traço da centração. Como localizamos, na materialidade textual, um conjunto referencial concernente entre si e relevante em determinado ponto do texto sobre a bronquite do filho do meio da informante, pontualizamos o trecho da narrativa de experiência em que esse conjunto referencial se concretiza, o que mostra o terceiro traço da centração.

Fundamentando-nos nessa análise tópica, assumimos que todo tópico discursivo pode ser visto como um referente porque é sobre a entidade de mundo “Bronquite do filho do meio da informante”, reconstruída no processamento textual-interativo, que se fala no SegT. Em outros termos, é acerca de uma entidade (isto é, um referente) – “Bronquite do filho do meio da informante” – que se instaura centração tópica (ou seja, que se instala um tópico). É por isso, portanto, que entendemos que todo tópico discursivo é sempre um referente. Sendo um referente, o tópico discursivo pode ser classificado pelos tipos de entidades semânticas dos referentes, segundo tipologia apresentada na seção 3.

3 Tipos de entidades semânticas dos referentes

A tipologia de entidades semânticas denotadas ontologicamente pelas expressões linguísticas é, inicialmente, proposta por Lyons (1977b) e, posteriormente, expandida por outros autores, como Hengeveld (1988, 1992) e Hengeveld e Mackenzie (2008). Assim, Lyons (1977b) define três tipos de entidades semânticas: indivíduo, estado-de-coisas e proposição, sendo que cada um desses tipos de entidades é categorizado segundo uma ordem particular, sendo indivíduo uma entidade de primeira ordem, estado-de-coisas, de segunda ordem, e proposição, de terceira ordem, classificação que vai da ordem mais concreta (primeira) para a mais abstrata (terceira).

Conforme a proposta de Lyons (1977a, 1977b), podemos chamar de entidades de primeira ordem os objetos físicos, ou seja, as pessoas, os animais e as coisas que, sob condições

normais, são relativamente constantes quanto às suas propriedades perceptuais, que são localizáveis em algum ponto no tempo e no espaço, podendo ocupar um espaço tridimensional, e que podem também ser observáveis publicamente. Dessa forma, segundo classificação do autor, indivíduos podem ser reconhecidos como distintos, concretos e identificáveis, o que exclui dessa classe as abstrações e também os estados psicológicos. Ademais, os elementos que compõem essa classe são avaliados em termos de sua existência,¹³ além de terem cor, tamanho e peso, podendo, por isso, ser alvo de atribuições de propriedades. Para Lyons (1977b), “homem”, “gato” e “mesa” são lexemas que denotam entidades de primeira ordem.

Já as entidades de segunda ordem – estado-de-coisas – dizem respeito, de acordo com Lyons (1977b), a eventos, ações, processos, experiências, estados e posições que são localizados em algum ponto ou intervalo do tempo, são observáveis e ocorrem em algum lugar, mas não existem. Assim, estados-de-coisas são avaliados em termos de seu estatuto de realidade.¹⁴ Segundo Lyons (1977b), “chegada”, “morte” e “manutenção” são exemplos de nomes que denotam entidades dessa categoria.

No tocante às entidades de terceira ordem, proposições dizem respeito, conforme Lyons (1977b), a construtos mentais (crenças, expectativas e julgamentos) e não podem ser localizadas nem no espaço nem no tempo, sendo passíveis de serem avaliadas a partir do seu valor de verdade (podem ser verdadeiras ou falsas),¹⁵ mas não pela sua existência ou realidade. Ainda, proposições podem ser asseveradas ou negadas, lembradas ou esquecidas, podem ser razão, mas não causa material. Também podem ser qualificadas em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença). Sobre essa categoria de entidades, Hengeveld e Mackenzie (2008), baseados em Lyons (1977b), explicam que proposições podem ser factuais, quando são peças do conhecimento ou crença a respeito do mundo real, ou não-factuais, quando são esperanças ou desejos a respeito de um mundo imaginário. Exemplos de nomes que denotam essa ordem de entidades são: “razão”, “ideia” e “crença”.

Ampliando a tipologia de Lyons (1977b), Hengeveld (1988, 1992) propõe uma quarta ordem de entidades, a qual recobre os atos de fala. Conforme o autor, entidades de quarta ordem caracterizam-se por poderem ser localizadas no espaço e no tempo em que os interlocutores estão envolvidos, por serem pronunciadas, compreendidas e avaliadas em termos de suas condições de felicidade.¹⁶ Tais entidades dizem respeito às diferentes ilocuções que transmitem as intenções comunicativas do falante, caracterizando os atos de fala, como

¹³ Um indivíduo existe se é localizado em algum lugar do espaço.

¹⁴ Um estado-de-coisas é real se ocorre em algum lugar e em algum momento do tempo.

¹⁵ Conforme Oliveira (2001) o valor de verdade de uma sentença diz respeito às condições, no mundo, que lhe permitem ser verdadeira ou falsa. Assim, uma sentença como “está chovendo” é verdadeira se estiver chovendo no momento em que o falante a proferir. Desse modo, determinar se uma sentença é verdadeira ou falsa requer conhecimento da situação particular de enunciação, observando se as suas condições de uso são satisfeitas.

¹⁶ Austin (1962) denomina de condições de felicidade de um proferimento performativo as condições que o contexto deve satisfazer para que o uso de uma determinada expressão possa ser adequado. Assim, uma sentença declarativa como “eu declaro que a seção está aberta” preenche suas condições de felicidade se é dita, por exemplo, por um presidente de uma assembleia, em uma sala de reuniões, mas essas condições não se efetivam se um vigia entra no mesmo local e enuncia a sentença. Portanto, as condições de felicidade podem ser entendidas como as condições contextuais necessárias para que um ato de fala tenha sucesso.

as declarações, as perguntas, as exclamações.¹⁷ Camacho, Dall’Aglio-Hattner e Gonçalves (2014) destacam que alguns substantivos como *pergunta*, *afirmação*, *exclamação*, *ordem* e *pedido* podem denotar esse tipo de entidade semântica, mas não representam, por eles mesmos, o ato ilocutivo que designam.

Também Hengeveld e Mackenzie (2008) expandem a tipologia de entidades semânticas proposta por Lyons (1977b), distinguindo, dentre outros tipos de entidades, as categorias “propriedade”, “lugar” e “tempo”. Segundo os autores, propriedades não podem ser caracterizadas a partir dos parâmetros de espaço e de tempo, não têm existência independente e somente podem ser avaliadas em termos de sua aplicabilidade ou a outros tipos de entidades ou à situação que elas descrevem em geral. Assim, a propriedade “verde” aplica-se a entidades de primeira ordem (indivíduos), a propriedade “recente” a entidades de segunda ordem (estados-de-coisas) e a propriedade “inegável” a entidades de terceira ordem (proposições). Ainda conforme classificação de Hengeveld e Mackenzie (2008), outros nomes que designam essa categoria semântica são “cor”, “tamanho” e “peso”.

Sobre os tipos semânticos “lugar” e “tempo”, Hengeveld e Mackenzie (2008) explicam que os conceitos de espaço e de tempo especificam dimensões das categorias semânticas, constituindo, portanto, classes independentes. Abordando particularmente a distinção da classe lugar em relação à categoria indivíduo, esses autores argumentam que devemos assumir que a conceptualização de indivíduos, como “cobertor”, “pedra” ou “Martin Luther King”, difere-se, em alguma medida, da conceptualização de lugares, tais como “ambiente”, “norte” ou “Geórgia”. Contudo, um mesmo fenômeno da realidade externa pode ser construído mentalmente tanto como um indivíduo quanto como um lugar, dependendo dos objetivos de quem conceptualiza. Consideremos o exemplo do termo “casa”. Do ponto de vista de um comprador, uma casa pode ser entendida como lugar, um espaço para viver. Em contrapartida, do ponto de vista de um corretor de imóveis, uma casa pode ser conceptualizada como indivíduo, um produto a ser vendido. Conforme Hengeveld e Mackenzie (2008), os lexemas “aeroporto”, “cais” e “lugar” são expressões que tipicamente designam a classe lugar.

Quanto à expressão da categoria tempo, Hengeveld e Mackenzie (2008) explicam que algumas expressões que designam essa classe estão ligadas à interpretação contextual do momento de fala, como “hoje”, “próximo ano”, outras marcam um ponto relativo na linha do tempo (“antes de sábado”, “duração”), enquanto outras estão relacionadas ao calendário socialmente estabelecido (“segunda-feira”, “dia de Natal”). Também se pode dizer que algumas expressões temporais identificam um ponto na linha do tempo (“momento”, “12h”), outras, um intervalo temporal (“período”, “abril”).

Seguindo essa tipologia de entidades semânticas dos referentes, que contempla as classes *indivíduo*, *estado-de-coisas*, *proposição*, *ato de fala*, *propriedade*, *lugar* e *tempo*, na seção 4, então, discutiremos os tipos de entidades semânticas dos referentes que são tópicos discursivos em descrições, narrativas de experiência e relatos de opinião.

¹⁷ De acordo com a Teoria dos Atos de Fala (Austin, 1962; Searle, 2002), a linguagem é uma forma de agir. Desse modo, os atos de fala correspondem aos enunciados em situações reais de uso da linguagem, que são formas de ação verbal. Uma das ações realizadas por meio da linguagem é chamada, conforme a Teoria, de ato ilocucional, que diz respeito às ações que realizamos quando falamos (ordenar, perguntar, declarar, afirmar, informar, reclamar, permitir, prometer, parabenizar, agradecer e etc.). São essas ações ilocucionais que fazem referência, então, às entidades semânticas de quarta ordem.

4 Discussão de dados

Como definimos na seção 1, o objetivo deste artigo é descrever o tipo de entidade semântica dos referentes que são tópicos discursivos em um conjunto de descrições, narrativas de experiência e relatos de opinião, discutindo a influência de traços de gêneros textuais descritivos, narrativos e argumentativos sobre a classe semântica dos tópicos na construção desses textos, tendo em vista que as amostras linguísticas em apreço são representativas de gêneros textuais em que predomina a descrição, a narração ou argumentação, nessa ordem.

Conforme também já antecipamos na seção 1, as descrições, as narrativas de experiência e os relatos de opinião que compõem nosso *corpus* provêm da Amostra Censo do Banco de Dados IBORUNA (Gonçalves, 2007),¹⁸ do qual coletamos um total de 30 textos, sendo 10 descrições, 10 narrativas de experiência e 10 relatos de opinião, combinando os diferentes perfis sociais estratificados no IBORUNA. Esse quantitativo de textos foi definido porque suspeitávamos, com base em outros trabalhos que realizaram análise textual a partir da categoria do tópico discursivo (Oliveira, 2016; Penhavel, 2010; Souza, 2020), que o montante de 30 textos já nos daria dados suficientes para a descrição de regularidades quanto à classe semântica dos diferentes referentes que são tópicos discursivos. Ademais, escolhemos descrições, narrativas de experiência e relatos de opinião porque, sendo esse material representativo de gêneros textuais descritivos, narrativos e argumentativos, acreditávamos que essa tipologia variada de textos, conforme tipologia textual descrita por Koch e Fávero (1987), poderia nos oferecer também uma diversidade de tipos de entidades semânticas dos tópicos discursivos.¹⁹ Essas duas expectativas que orientaram a escolha do material foram confirmadas com o desenvolvimento das análises.

No IBORUNA, descrições, narrativas de experiência e relatos de opinião são textos de natureza predominantemente monológica. Contudo, ainda que o informante seja o principal locutor dessas amostras linguísticas, os momentos de interação explícita entre informante e documentador evidenciam que este último assume uma função textual-interativa fundamental na construção desses textos. Isso porque, para a coleta de cada tipo de texto oral da Amostra Censo do IBORUNA, foi definida uma proposta de “pergunta base”, a ser feita pelo documentador no momento da gravação e que consideraria a natureza do texto que o informante deveria produzir na situação em particular. Assim, para a coleta de descrições, a pergunta base foi “descreva, diga como é o local onde você mais gosta de ficar, passear ou brincar [...]” (a casa, a escola o local de trabalho, etc.); para a coleta de narrativas de experiência, a pergunta consistiu basicamente em “conte uma história que tenha acontecido com você [...]” (uma briga, uma viagem, o nascimento de um filho, etc.); e, finalmente, para o levantamento de relatos de opinião, “o que você pensa/acha sobre/de...” (educação, política, vantagens e problemas da própria profissão, etc.) compreendia a pergunta base (Gasparini-Bastos; Gonçalves, 2005). Desse modo, dizemos que o documentador assume uma função textual-interativa fundamental na construção desses textos porque, dentre outras questões, ele tende

¹⁸ O seguinte endereço eletrônico dá acesso ao IBORUNA: <https://alip.ibilce.unesp.br/bancos-de-dados/banco-de-dados-iboruna>.

¹⁹ Esclarecemos que o tipo textual descritivo (em termos de sequência tipológica) não é a mesma coisa que os textos do IBORUNA rotulados, pelo próprio Banco de Dados, de “descrição”, mas as descrições do IBORUNA são textos em que há predominância do tipo descritivo, conforme noção de tipo textual apresentada na seção 5.

a direcionar a categoria semântica dos tópicos discursivos, como chamaremos a atenção na discussão do caso em (4).²⁰

Passando a explicar a metodologia de análise de dados, esta foi realizada em duas etapas: (i) análise tópica de descrições, narrativas de experiência e relatos de opinião e (ii) análise do tipo de entidade semântica de cada um dos referentes que se constitui como tópico discursivo nesses textos. A primeira etapa envolveu a aplicação do método de análise tópica (Jubran, 2015b), o qual, com base nas propriedades tópicas de centralização e organicidade, explicadas na seção 2, permite reconhecer os SegTs e tópicos discursivos de um texto. Esse método, já ilustrado na apresentação dos exemplos em (1) e (2), também na seção 2, levou-nos à identificação de 185 SegTs mínimos e seus respectivos tópicos discursivos em todo nosso material, distribuídos da seguinte forma: 78 em descrições, 61 em narrativas de experiência e 46 em relatos de opinião.²¹

A segunda etapa de análise de dados, por sua parte, embasou-se na tipologia de entidades semânticas dos referentes, apresentada na seção 3, e foi realizada seguindo dois procedimentos. O primeiro deles consistiu em observar a categoria de entidades denotada pelo termo utilizado para descrever, representar o próprio tópico discursivo, como em (1) e em (2), em que “Atividades profissionais do marido de L1” e “Bronquite do filho do meio da informante” denotam, nos dois casos, estados-de-coisas. O segundo procedimento incluiu observar o tipo de entidade designada por trechos do SegT que mais evidenciam a centralização tópica, o que representa uma maneira de distinguir a classe semântica do referente com estatuto tópico com base na materialidade linguística do SegT e nos leva a identificar quais tipos de temáticas são mais prototípicas em cada uma das amostras linguísticas analisadas. Por questões de limites de espaço, durante nossa discussão de dados, apresentaremos apenas a análise semântica dos tópicos discursivos, que é o foco deste artigo, ficando suprimida a análise tópica dos SegTs.

Como resultado das duas etapas de análise, a Tabela 1, a seguir, mostra a frequência e a proporção de ocorrências de cada tipo de entidade semântica dos referentes que se constituem como tópicos discursivos nas três diferentes amostras linguísticas que compõem nossos dados.

²⁰ Como também se poderá notar em (4), em nossos dados, acontece de o documentador direcionar não apenas a categoria semântica do tópico discursivo, mas já sugerir ao informante um ou outro determinado referente como tópico.

²¹ Como sintetizado na seção 3, Lyons (1977b) define três tipos de entidades semânticas – indivíduo, estado-de-coisas e proposições –, definição que vai da classe mais concreta (indivíduo) para a mais abstrata (proposição). Assim, cruzando esse quantitativo de SegTs identificado em cada amostra linguística investigada com os resultados sumarizados na Tabela 1, ainda nesta seção, pensamos que pode haver uma relação entre maior/menor concretude da categoria semântica dos referentes que são tópicos discursivos nos tipos de amostras linguísticas em estudo e a quantidade de tópicos instaurada nessas amostras, sendo a produtividade tópica da amostra linguística menor quanto maior for o grau de abstração da categoria semântica dos referentes que são tópicos discursivos naquela amostra.

Tabela 1 – Frequência e proporção de tipos de entidades semânticas dos referentes que são tópicos discursivos em descrições, narrativas de experiência e relatos de opinião

Tipo de entidade semântica \ Tipos de amostras de fala dos tópicos	Descrições % (número)	Narrativas de experiência % (número)	Relatos de opinião % (número)	Total % (número)
Indivíduo	24,36% (19/78)	0	0	10,27% (19/185)
Estado-de-coisas	20,51% (16/78)	90,16% (55/61)	63,04% (29/46)	54,06% (100/185)
Proposição	0	8,20% (5/61)	36,96% (17/46)	11,89% (22/185)
Ato de fala	0	0	0	0
Propriedade	3,85% (3/78)	0	0	1,62% (3/185)
Lugar	51,28% (40/78)	0	0	21,62% (40/185)
Tempo	0	1,64% (1/61)	0	0,54% (1/185)
Total de tópicos mínimos	42,16% (78/185)	32,97% (61/185)	24,87% (46/185)	100% (185/185)

Fonte: Elaboração própria.

Observando os resultados expostos na Tabela 1, vemos que, em descrições, um objeto de discurso que atua como tópico discursivo pode ser, além de um indivíduo ou um lugar, um estado-de-coisas ou uma propriedade; enquanto em narrativas de experiência, pode ser estado-de-coisas, proposição ou tempo, com baixa frequência dessas duas últimas categorias; já em relatos de opinião, é possível que um referente com estatuto de tópico seja ou estado-de-coisas ou proposição apenas. Como também se pode verificar, em nenhum dos três tipos de amostras linguísticas encontramos tópicos discursivos que são atos de fala, não sendo característica desses textos a centração em uma ação que realizamos ao falarmos (ordem, pergunta, declaração). Outros dados interessantes que demonstra a Tabela 1 é a maior ocorrência de proposições em relatos de opinião, e não em descrições ou narrativas de experiência, apesar de não ser essa a categoria predominante nos relatos de opinião, e a maior frequência de estados-de-coisas (54,06%, 100 de 185 casos) em meio ao total de todas as categorias identificadas, considerando a soma dos tipos semânticos apurados nos três tipos de amostras linguísticas.

A partir do SegT em (3), recortado de uma descrição, discutimos um tópico discursivo que é uma entidade semântica do tipo lugar, a classe mais recorrente nesse tipo de amostra linguística, com 51,28% das ocorrências.²²

²² Conforme se pode notar observando a pergunta-base que guiou a coleta de descrições do IBORUNA (Gasparini-Bastos; Gonçalves, 2005), o documentador deveria sugerir ao informante que descrevesse um lugar, não priorizando a descrição de pessoas ou roupas, por exemplo. Isso faz com que as descrições do IBORUNA sejam tipicamente caracterizadas como descrições de lugares e é também uma evidência da importância do documentador no processo textual-interativo nesses textos.

(3) Tópico discursivo: Cômodos da casa da informante

e também vô(u) falá(r) um po(u)quinho da **minha casa... minha casa... éh:: há qua-** 1
tro... quatro cômodos e o banhe(i)ro... éh::... na sala... tem/ há dois sofá::... éh:: uma 2
rack né? uma televisão:: um vídeo o/ um rádio... éh:: aí tem o **meu quarto** onde eu 3
durmo né?... tem a cama de casal::... o guarda-ro(u)pa... a beli::che... uma cômoda 4
tem uma televisão... também... aí há o **banhe::(i)ro né?...** é um **banhe(i)ro** pe/ é 5
gran::de assim:: éh do jeito assim éh:: bonito assim éh tem vaso pia coisa que todo 6
banhe(i)ro tem aí no o(u)tro **quarto da minha mãe** tem... a ca::ma dela a/ a cômoda o 7
guarda-ro(u)pa... né? aí também tem a:: **cozinha da minha ca::sa** que há uma me::sa 8
com seis cade::(i)ras... um armá::rio... uma geladei::ra... e há também um fogão e a 9
pia... ((vozes ao fundo)) 10

[BDI-AC-038: DE: L. 163-172; 4/9]

Na descrição que comporta o SegT em (3), a informante descreve sua cidade, focalizando diferentes lugares do município, como a sua casa e, mais especificamente, os cômodos desse local, tópico em torno do qual se constitui a centração no caso ora analisado. Entendemos que o tópico em (3) é um referente do tipo lugar em razão de que o termo “cômodos”, que expressa o tópico, denota uma entidade dessa categoria, a qual reúne referentes conceptualizados como ambientes concretos, espaços que podem ser ocupados por indivíduos. Também foi possível chegar a essa categorização semântica porque observamos que trechos do SegT que mais diretamente vão indicando o conjunto referencial em torno do qual se constrói a centração, como “cômodos”, “banheiro”, “sala”, “quarto” e “cozinha”, denotam entidades do tipo lugar. Assim, considerando a categoria semântica designada por esses elementos textuais e a integração entre eles, instaura-se um objeto de discurso que é tópico discursivo também da classe lugar.

O caso em (4), na sequência, serve-nos para ilustrar um tópico que é um indivíduo, segunda classe semântica mais recorrente nos tópicos discursivos em descrições (24,36% dos casos).

(4) Tópico discursivo: Pessoa de quem a informante gosta muito

Doc.: agora eu queria que cê... fizesse uma descrição pra mim... descrevesse ou **uma** 1
peessoa::a ou um lugar:: um lugar que cê foi:: achô(u) interessan::te uma cida::de uma 2
pra::ia... uma descrição de qualquer coisa 3
Inf.: descrição?... uhm::... uma descrição... eu vô(u) descrevê(r) **uma pessoa que eu** 4
gosto muito... [Doc.: uhum ((concordando))]. precisa falá(r) o nome [ou só fala 5
quando for precisá(r)?] 6
Doc.: [não... (só o que cê pod/ acho que sempre)] 7
Inf.: então éh::... **ela é uma pessoa assim muito amoro::sa...** eu conheci ((a filha da 8
informante fala com terceiros)) eu conheci **ela...** quando eu tinha dezessete a::nos... 9
ela foi uma pessoa que me ajudô(u) mui::to... é uma pessoa assim que::... você conta 10
as coisa pra ela ela consegue te entendê::(r) é uma pessoa que tem empati::a... 11
também **uma pessoa que sempre me ajudô::(u)...** **ela::...uma pessoa::... como eu posso** 12
dizê(r)? de aparência até num é tão bela mas... é:: intimamente assim é **uma pes-** 13
soa maravilhosa... **ela tem a:: paciência de:: escutá::(r)...** e também de te aconselhá(r) 14
conforme você precise... né?... **ela é:: é morena...** tem os olhos verdes... morena não 15

loira assim mas o cabelo dela é castanho claro... tem os olhos verdes é branca... mora	16
aqui perto de mim e foi uma pessoa muito importante na minha vida... E... e mais	17
assim é uma pessoa excelente é muito amoro::sa... e:: é o que eu te falei ela conse-	18
gue::... entendê(r) ou quando a gente fala escuu::ta... pra depois aconselhá(r)	19
Doc.: uhum ((concordando))...	20
[BDI-AC-064: DE: L. 64-84; 1/4]	

No SegT em (4), o primeiro, na linearidade textual, de um conjunto de 4 SegTs da descrição da qual foi extraído, o documentador pede à informante que faça uma descrição de uma pessoa ou um lugar, como vemos nas linhas 1-3, e com base na ativação desses referentes, a falante opta por descrever uma pessoa de que gosta muito, conforme anunciado nas linhas 4-5. É com base em exemplos como esse que dissemos, então, que, apesar de os textos de nosso material serem de cunho predominantemente monológico, o documentador também assume uma função textual-interativa fundamental na construção textual, haja vista que, ao sugerir um ou outro referente como tópico – “eu queria que cê [...] descrevesse ou *uma pesso::a* ou *um lugar::*” – ele já dá um direcionamento sobre a classe semântica do tópico discursivo a ser instaurado, a qual, nesse caso, é um indivíduo, categoria semântica definida pela informante a partir de uma relação textual-interativa com a fala do documentador.

Como fizemos com o exemplo em (3), uma forma de justificar essa análise semântica é a identificação da categoria semântica denotada pelo termo que expressa o tópico discursivo, no caso, “pessoa”, que designa um indivíduo, referente ontologicamente caracterizado, por exemplo, como concreto, localizável no tempo e no espaço e passível de ser tocado. Também entendemos que tal classificação semântica é possível porque, na materialidade linguística do SegT, expressões como “pessoa”, novamente, e “ela”, que estão presentes em toda a organização textual-interativa do SegT e vão nos mostrando a relevância do tópico discursivo identificado, também denotam entidades do tipo indivíduo.²³

Em (5), exemplificamos um SegT cujo tópico é um estado-de-coisas em descrições, categoria semântica identificada em 20,51% dos dados desse tipo de amostra linguística.

(5) Tópico discursivo: Semelhança do jipe do informante com jipes usados na II Guerra Mundial

é um jipe que foi:: usado na::... na segunda guerra mundial... ele é um po(u)co mais	1
moderno um po(u)co mais novo né?... do que do o usado na segunda guerra mundial	2
mas ele é basicamente a mesma coisa... ele é/ a aparên::cia... e até:: a mecâ::nica dele	3
é praticamente igual ao usado na guerra né? na segunda guerra mundial...	4
[BDI-AC-049: DE: L. 116-120; 2/13]	

²³ Em nossos dados, é admissível ainda assumir uma correlação entre entidade semântica de um tópico discursivo e a categoria da língua (nome ou predicação) que mais diretamente remete ao tópico na materialidade do SegT. Por exemplo, nas ocorrências em que o tópico é ou um lugar ou um indivíduo, são os sintagmas nominais que indicam, de forma mais explícita, o tópico no interior do SegT, como vemos em (3), com o sintagma “cômodos” (L. 2), e também em (4), com o sintagma “uma pessoa que eu gosto muito” (L. 4-5). Por outro lado, quando o tópico é ou um estado-de-coisas ou uma proposição, é comum que sejam as predicações as responsáveis por indicar o tópico de modo mais direto na materialidade do SegT, conforme se poderá notar em (7) e em (8), com

Na descrição que recobre o SegT em (5), o falante descreve diferentes partes do carro e também trata da semelhança do veículo com outros do modelo usados na II Guerra Mundial, o que é foco da interação no exemplo ora em análise. Assumimos que o tópico em (5) é um estado-de-coisas porque o termo “semelhança do jipe do informante com jipes usados na II Guerra Mundial” designa uma entidade de segunda ordem, uma vez que pode ser considerado em si mesmo como um estado (ser semelhante), testemunhável e que pode ter uma duração temporal demarcada. Ainda, essa categorização semântica foi possível porque interpretamos que algumas passagens linguísticas em foco, que mais evidenciam de forma direta a construção do tópico, já denotam um estado-de-coisas, como fazem os excertos “ele é basicamente a mesma coisa” (L. 3) e “a aparên::cia... e até:: a mecâ::nica dele é praticamente igual ao usado na guerra né?” (L. 3-4). Sendo assim, é possível depreender que essas passagens expressam um estado, um modo de ser do jipe (o seu modo semelhante relativamente aos carros usados na II Guerra), o qual pode ser observável, pontualizado no tempo e avaliado em termos de sua realização.

A seguir, utilizamos o SegT em (6) para discutir um caso em que o tópico discursivo é do tipo propriedade, classe semântica menos recorrente em descrições (3,85% das ocorrências).

(6) Tópico discursivo: Tonalidade do acabamento da casa do informante

e:: no nos quarto também TUdo cla::ro nas duas salas já é um po(u)co mais escuro	1
Doc.: ah nos quarto também é cla::ro	2
Inf.: é:: é claro...[Doc.: hum:::] e são todos enverniza::dos portas... made(i)ra aqui tudo	3
de cereje(i)ra clara... [Doc.: hum:::]	4

[BDI-AC-139: DE: L. 258-262; 8/11]

O SegT em (6) compõe uma descrição na qual o documentador pede ao informante que descreva a casa onde mora e, com base nesse referente ativado pelo entrevistador, são construídos tópicos centrados, por exemplo, em diferentes cômodos do lugar e também em propriedades perceptuais da residência, como ocorre em (6). Desse modo, dizemos que no SegT em pauta emerge um referente com estatuto tópico que é do tipo propriedade porque o termo “tonalidade” designa essa classe semântica, expressando uma propriedade perceptual da casa. Além disso, na materialidade do SegT, verificamos que a centração vai sendo mais diretamente evidenciada por termos como “claro” e “escuro”, os quais nos orientam no reconhecimento do recorte temático e também denotam a categoria semântica propriedade.

Iniciamos a análise das narrativas de experiência com o SegT em (7), no qual o tópico discursivo é um estado-de-coisas, categoria semântica bastante predominante (90,16% dos casos) nos tópicos nesse tipo de amostra linguística.

as respectivas predicções “nos tornamos Testemunhas de Jeová” (L. 4-5) e “se ele tivesse ficado aqui eu não teria talVEZ engravidado tão Rápido” (L. 14-15). A nosso ver, essa correlação pode ser explicada pela categoria da língua que codifica as classes de entidades semânticas dos referentes, haja vista que indivíduos e locativos só podem ser codificados por nomes, ao passo que estados-de-coisas e proposições podem ser codificados por nomes ou por predicções.

(7) Tópico discursivo: Conversão da informante e do marido em testemunhas de Jeová	
depois eu/ depois quando a C. nasceu:... depois de:... um a::no um ano e pouquinho	1
nem isso... aí/ nós começamo(s) a estudá(r) a Bíblia também... aí nós começamo(s)...	2
freqüentá(r) o Salão do Rei::no né?... começamo(s) também::... í(r) nas reuniõ::es e aí	3
depois no/ nós (nos) batiza::mo(s) aí tem a prime(i)ra comunhão depois... nos torna-	4
mos Testemunhas de Jeová::... e agora levamo(s) as fi::lhas né? também	5
[BDI-AC-064: NE: L. 14-18; 3/4]	

No SegT em (7), a informante se centra no processo de conversão dela e do marido em testemunhas de Jeová, tópico da interação nesse ponto da narrativa de experiência. Classificamos esse tópico como um estado-de-coisas porque o termo “conversão”, que expressa o tópico, denota entidades dessa categoria semântica, dado que expressa um processo que ocorreu em um certo período do tempo, podendo ser avaliado pela sua realização. Outro fator que nos levou a essa classificação semântica foi a observação da instauração da centração sobremaneira por meio de trechos do SegT que designam um episódio formado por diferentes estados-de-coisas, como “nós começamo(s) a estudá(r) a Bíblia” (L. 2), “nós começamo(s) ... freqüentá(r) o Salão do Rei::no” (L. 2-3), “começamo(s) também::... í(r) nas reuniõ::es” (L. 3), “nós (nos) batiza::mo(s)” (L. 4) e “nos tornamos Testemunhas de Jeová::” (L. 4-5), os quais exprimem uma sequência de eventos que podem ser testemunhados, localizados em algum momento do tempo (no caso, depois do nascimento da filha C.) e também do espaço (podemos interpretar, por exemplo, que o batismo ocorreu no Salão do Reino), sendo passíveis de serem avaliados pelo seu estatuto de realidade.

Assim, considerando a classe semântica designada por trechos que fundamentalmente demarcam o conjunto referencial concernente em foco, instala-se um objeto de discurso tematicamente abrangente no SegT, com estatuto de tópico discursivo, que é uma entidade do tipo estado-de-coisas, uma vez que diz respeito a um processo pelo qual a informante e o marido passaram (a conversão a testemunhas de Jeová), o qual também pode ser avaliado pela sua realização.

Na sequência, exemplificamos um SegT em que o tópico é uma proposição, segunda categoria mais identificada nos tópicos nas narrativas de experiência (8,20% dos casos).

(8) Tópico discursivo: Possibilidade de retardação da gravidez da informante caso o pai não tivesse se separado da mãe	
Doc.: e:: essa separação do seu pai e da sua mãe tem alguma relação de assim de você	1
tê(r) engravidado tão nova?	2
Inf.: eu acho que não... ma/... ah se tem alguma coisa a vê(r) né?... AH TEM tem muito	3
a vê(r) porque aconteceu o seguinte meu PAI... éh foi embo::ra então até que ele tava	4
aqui eu apesar/ eu era uma meni::na... mas o que que acontecia? eu tinha me::do...	5
PAI sempre é mai/ éh num sei alguns são mais rigoroso então eu tinha me::do eu	6
num saía de ca::sa... eu eu era assim só ficava atrás dele aí o que aconteceu? ele foi	7
embo::ra... o tempo passô::(u) eu amadureci:: fiquei moci::nha... aí comecei saí(r)...	8
COIsa que se ele tivesse aqui talvez ele teria me segura::do um po(u)co mais... e eu	9

já a/ obedecê(r) minha mãe eu já não obedeCla eu/ eu ia eu queria saí(r) eu saí::a...	10
e com ele não eu acho que se ele tivesse fica::do aqui::... éh que nem quan/ quando	11
ele so(u)be que eu estava grávida ele éh ele/ minha mãe falô(u) pra ele – “porque que	12
você não ficô(u) aqui pa ajuDÁ(r) eu criá(r) seus filhos até eles cresce/ eles crescesse	13
mais?” – então acho que se ele tivesse ficado aqui eu não teria talVEZ engravidado	14
tão RÁpido como foi porque eu tinha quatorze ano eu ainda era:: uma menina né?	15
num tinha juízo nenhum... e aí:: eu acho eu acho que também por isso porque::... eu	16
acho éh:: se ele tivesse ficado aqui talvez teria evitado... mas... éh:: ele acabô(u) in(d)o	17
embo::ra né?... e eu::/ aí já comecei saí(r) eu acho que a reVOLta também:: né? porque	18
eu fiquei revoltada... e foi onde eu comecei fazê(r) coisas erradas e acabei... ten(d)o	19
a minha/ os meus/ a minha/ o meu filho antes da hora... -- pode continuá(r)? [Doc.:	20
((acena que sim))--...	21
[BDI-AC-038: NE: L. 33-52; 5/8]	

Como apontado, no SegT em (8) a centração focaliza a possibilidade de a informante não ter engravidado na adolescência caso a separação dos seus pais não tivesse ocorrido ainda na sua infância. Analisando a classe semântica do tópico discursivo identificado, apuramos que ele é uma proposição em virtude de que o termo “possibilidade”, que o expressa, denota essa categoria, ou seja, diz respeito a um construto mental, relativo a um mundo imaginário, não-factual, tratando a informante de uma realidade que apenas potencialmente poderia ter sido concretizada.

Além da classe semântica designada por “possibilidade”, observamos que segmentos textuais que vão mais diretamente construindo o tópico, como aqueles destacados em negrito no interior do SegT, denotam proposições, expressando um construto mental da informante, o qual não pode ser localizado nem no tempo, nem no espaço e é passível de ser avaliado pelo seu valor de verdade, podendo ser verdadeiro ou falso. Assim, podemos entender a partir, por exemplo, do trecho “então acho que se ele tivesse ficado aqui eu não teria talVEZ engravidado tão Rápido” (L. 14-15) que a possibilidade da gravidez mais tardia da informante é algo que só existe na mente dela, um julgamento que ela mesma faz sobre uma realidade potencial, que poderia ser negada por algo como a realização da gravidez mesmo com a presença do pai em casa durante a adolescência da jovem. A partir dessas passagens linguísticas que designam entidades de terceira ordem e mais evidenciam o tópico discursivo, instaura-se um objeto de discurso, com estatuto tópico, que tem a mesma natureza semântica das entidades designadas pelos trechos que mais demonstram o foco textual-interativo. Ainda, a classificação do tópico em (8) como uma proposição pode ser sustentada pela ocorrência de expressões epistêmicas que marcam a conjectura da informante, como “eu acho que...” (L. 11, 14, 16, 18) e o advérbio “talvez” (L. 9, 14 e 17), indicando uma atitude proposicional²⁴ (no caso, de dúvida) em relação à possibilidade de ocorrência de um estado-de-coisas não verdadeiro (a gravidez mais tardia).

Com o SegT em (9), discutimos o único caso encontrado em nossos dados em que o tópico é da classe semântica tempo, o qual representou 1,64% das ocorrências nas narrativas de experiência.

²⁴ Conforme apresentado na seção 3, proposições podem ser qualificadas em termos de atitude proposicional.

(9) Tópico discursivo: Período de trabalho do informante na C.P.F.L.

ma::s... esse período que eu tive na companhia então eu tive MUita experiência fiz	1
MUita amizade conheci MUita gente	2
Doc.: quantos anos o senhor ficô(u) lá?	3
Inf.: eu fiquei na paulista... vinte e nove anos	4
Doc.: vinte nove [anos?]	5
Inf.: [vinte] nove anos só na C.P.F.L.... só na C.P.F.L. foi vinte no::ve... viajando:: vinte	6
nove acredito que uns vinte e seis anos só de viagem	7
[BDI-AC-139: NE: L. 82-88; 8/10]	

Nesse SegT, o informante focaliza o período em que trabalhou na Companhia Paulista de Força e Luz, a C.P.F.L. Classificamos o tópico discursivo em questão como da classe tempo porque a expressão da língua que permite nomear o tópico – “período” – designa essa categoria semântica, identificando um intervalo temporal em que o informante trabalhou na tal empresa. Ainda como comprovação dessa nossa classificação, chamamos a atenção para expressões recorrentes na materialidade do SegT, que vão nos indicando mais diretamente o tópico e que também designam o tipo semântico tempo, a exemplo de “período” (L. 1), uma vez mais, e “anos” (L. 3, 4, 5, 6 e 7).

Segundo apresentamos, em relatos de opinião, os tópicos discursivos são ou estados-de-coisas ou proposições, com predomínio não muito amplo de estados-de-coisas (63,04% dos casos). Vejamos um exemplo no qual o tópico é dessa classe semântica predominante.

(10) Tópico discursivo: Despreocupação do informante com política

aGOra... eu realmente eu num:: num procuro me... PREOcupá(r) muito com a política sabe? porque [Doc.: aham ((concordando))... às vez cê vê dólar so::be dólar (a)	1
ba(i)xa num sei q/ bolsa isso aquilo... e pra mim que eu trabalho com vendas eu eu	2
num procuro vê(r) isso mui::to porque ele num acaba... sendo até (mal) pra mim por-	3
quE... cê pega os que... cedo é – “ah o dólar subiu ah a bolsa (a)ba(i)xô(u)” – num sei...	4
parece que no o(u)tro dia quando cê sai pra trabalhá(r) cê já sai meio que com aquilo	5
na cabeça né? ah:: então... ((conversas ao fundo)) ih/ sei lá viu... (a)caba até meio que	6
prejudican(d)o então eu num... num... vô(u) muito atrás de política não num... num	7
procuro s/ sabê(r) muito não num procuro discutí(r) também muito sobre política não	8
Inf.: não	9
Doc.: não?	10
[BDI-AC-075: RO: L. 311-322; 4/4]	11

Entendemos que o tópico *Despreocupação do informante com política* é um referente da natureza dos estados-de-coisas porque podemos o reconhecer por meio de um termo – “despreocupação” – que designa essa classe de entidades, expressando uma experiência do informante (não) vivida por suas faculdades sensoriais.

Ao observar a materialidade linguística do SegT, também constatamos que excertos que constroem o tópico mais diretamente, como “eu num:: num procuro me... PREOcupá(r) muito com a política” (L. 1-2), “eu num procuro vê(r) isso mui::to (L. 3-4) “ e “eu num... num... vô(u) muito atrás de política não” (L. 8), designam entidades da ordem dos estados-de-coi-

sas, demonstrando algo que o falante (não) experimenta e que pode ser determinado em um período de tempo. Assim, é possível dizer, por exemplo, que, durante os anos que trabalha como vendedor, o informante não se preocupa com política e não se interessa pelo assunto, o que não acontecia quando exercia, em um intervalo temporal anterior, outro ofício. Considerando, pois, a categoria de entidades denotada por enunciados que mais evidenciam o tópico construído, cria-se um objeto de discurso que é tópico discursivo da mesma ordem semântica designada por esses enunciados.

Por fim, mostramos um SegT que materializa um tópico discursivo que é uma proposição em um relato de opinião, classe semântica que também se mostrou recorrente nos tópicos nesse tipo de amostra linguística, tendo sido identificada em 36,96% das ocorrências.

(11) Tópico discursivo: Necessidade de se ter um curso básico de administração para ser político

você pega aí ... vamo(s) pegá(r) pela nossa cidade né? São José do Rio Preto... na época 1
 de política você vê vários candidatos que aparecem na televisão aí... cê vê que... a pes- 2
 soa realmente... NÃO... POR ELA assim mas ela num TEM um::... num vô(u) falá(r) 3
 um nível cultural mas vô(u) falá(r) assim num tem um nível de estudo né? num tem 4
 uma formação:: acadê::mica alguma coisa assim... pra sê(r) político porque...(então) 5
 a gente VÊ que/ que que vê? isso é tudo jogada de partido né? pa puxá(r) legenda pra 6
 cá puxá(r) legenda pra lá... mas eu sô(u) contra isso porque eu penso assim a pessoa 7
 pra sê(r) político eu sempre comentei isso com várias pessoas... eu acho que ela teria 8
 que tê(r)... NUM VÔ(U) falá(r) uma faculda::de porque seria aí uma coisa ca::ra mui- 9
 tos não teriam condições de pagá(r)... mas eu acho que... a própria prefeituu::ra no 10
 ca::so o próprio gover::no deveria fazê(r)... tipo d'um curso porque... pra você sê(r) 11
 político nada mais é do que você administrá(r)... [Doc.: uhum ((concordando))] eu 12
 dei exemplo de um vereador ou um PRÓprio prefeito num tem noção neNHUma de 13
 administração... cê fala assim pra mim –“ah u/ o/ vô(u) te dá(r) pra você sê(r) um vere- 14
 ador”– TUDO BEM eu vô(u) sê(r) vereador... am/ u/ BOM eu vô(u) lá eu vô(u) ganhá(r) 15
 dinhe(i)ro oh num plu/ num sei né? me colocam lá um exemplo assim... mas eu NUM 16
 tenho formação neNHUma pa administrá(r) então eu acho que é:: complicado... 17
 porque o que eu falei... nada mais é... o preFEIto mesmo... é administrá(r) tá admi- 18
 nistran(d)o... os bem NOSSO o da ciDAde da comunidade em si tá administrando... 19
 então eu acho que deveria tê(r)... uma faculdade? NÃO... mas um curso... BÁ::sico 20
 sei lá de administração... certo?... e a pessoa teria que tê(r) um mínimo de estudo 21
 pra podê::(r)... sê(r)... um... um político né?... [Doc.: aham ((concordando))]... cê vê... 22
 cê pega tantos político aí que num tem noção nenhuma... e tá aí fazen(d)o alguma 23
 coisa... às vez tem uns que tem no/ MUIta noção mas... e RO(u)ba (há tempo) e acho 24
 que sabia até demais... agora eu acho que pra sê(r) político deveria tê(r) um... um 25
 curso básico de administração NO mínimo [Doc.: uhum ((concordando))] é pelo 26
 menos o que ele deveria tê(r) assim... ((conversas ao fundo)) essa é a minha idéia pra 27
 podê(r) s/ pessoa... éh:: engajá(r) aí na política 28
 Doc.: tá [Inf.: hum]... 29
 [BDI-AC-075: RO: L. 274-300; 2/4]

Em (11), uma justificativa para a classificação semântica do tópico *Necessidade de se ter um curso básico de administração para ser político* é que ele pode ser entendido, particularmente, como um ponto de vista, uma avaliação do falante sobre o mundo atual, sobre ser necessário, segundo a própria visão dele, ter um curso básico de administração para ser político. Esse entendimento de que o tópico está relacionado com um ponto de vista do informante é sugerido por elementos textuais que integram o SegT, como “eu penso assim” (L. 7), “eu acho que ela teria que ter” (L. 8-9), “eu acho que deveria” (L. 20) e “essa é a *minha idéia* pra podê(r) s/ pessoa... éh:: engajá(r) aí na política” (L. 27-28).

A relação do tópico com uma avaliação do falante também pode ser apreendida a partir da categoria de entidades designada por “necessidade de se ter um curso básico de administração para ser político”, uma entidade da ordem das proposições, já que manifesta um julgamento acerca do mundo, e também por trechos do interior do SegT que indicam de forma mais direta o tópico instaurado, como “a própria *prefeitu::ra* no *ca::so* o próprio *gover::no* deveria fazê(r)... tipo d’um curso” (L. 10-11), “a pessoa teria que tê(r) um mínimo de estudo pra podê::(r)... sê(r)... um... um político né?” (L. 21-22), “pra sê(r) político deveria tê(r) um... um curso básico de administração” (L. 25-26), os quais designam proposições, isto é, construtos mentais, que, portanto, só estão na mente do falante e que expressam uma avaliação dele a respeito de que deveria ser convencionalizado socialmente, por meio de obrigação moral ou legal, que quem quiser assumir um cargo político tenha um curso de administração. Nesse contexto, enquanto construto mental, essa avaliação poderia ser negada, por exemplo, por um estudo que mostrasse que não há relação direta entre políticos com curso de administração e a qualidade da gestão pública feita por eles.

Assim, como interpretamos que a própria expressão linguística que expressa o tópico designa uma entidade do tipo proposição, o que também ocorre com passagens que mais evidenciam o tópico instaurado, entendemos que o objeto de discurso com estatuto tópico é uma entidade da ordem das proposições.

5 Influência de características de gêneros textuais descritivos, narrativos e argumentativos sobre os tipos de entidades semânticas dos tópicos discursivos em descrições, narrativas de experiência e relatos de opinião

Conforme apresentado na seção 1, como uma vertente da LT filiada sobretudo a um viés pragmático, o foco de investigação da GTI é a construção textual integrada aos fatores enunciativos que lhe dão existência. Por isso, no âmbito desse quadro teórico-metodológico, assume-se que a construção dos textos está relacionada a características dos gêneros textuais a que os textos se filiam (Penhavel; Cintra, 2022). Seguindo esse pressuposto, nesta seção, discutimos a influência de traços de gêneros textuais descritivos, narrativos e argumentativos sobre os tipos de entidades semânticas dos referentes que ocorrem como tópicos discursivos em nossos dados, os quais são representativos, como reiteramos, de gêneros textuais dessas três tipologias. Para cumprir esse nosso propósito, primeiramente, apresentaremos sinteticamente a concepção de gênero textual por nós adotada, bem como a de tipo textual.

De acordo com Koch (2018), os gêneros textuais constituem formas padrão e relativamente estáveis de enunciados, diretamente relacionadas às diferentes situações sociais, marcadas socio-historicamente e com características temáticas, composicionais e estilísticas próprias. No que toca ao conceito de tipo textual, Marcuschi (2008) compreende tipo textual como uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo). Conforme o autor, o tipo caracteriza-se muito mais como sequências linguísticas do que como textos materializados, sendo, a rigor, modos textuais que, em um número limitado e sem tendência a aumentar, recobre as seguintes categorias: narração, argumentação, exposição, descrição e injunção. Ainda para o autor, quando predomina um modo num determinado texto concreto, dizemos que esse texto é narrativo ou argumentativo ou expositivo ou descritivo ou injuntivo.

Feita essa breve explicação, passamos a nos valer de especificidades dos tipos textuais descritivo, narrativo e argumentativo descritas em Koch e Fávero (1987), pensando em como tais especificidades estariam associadas aos resultados apresentados na seção anterior.

Segundo Koch e Fávero (1987), duas das características do tipo descritivo são a caracterização física ou psicológica de personagens ou espaços e a demonstração de qualidades do ser descrito. Assim, interpretamos que a predominância de objetos de discurso com estatuto tópico que são do tipo lugar em nossas descrições e a identificação da classe semântica indivíduo como a segunda mais recorrente nesse tipo de amostra linguística (51,28% e 24,36% das ocorrências, respectivamente) estão relacionadas justamente com a peculiaridade de gêneros descritivos de apresentarem uma caracterização física de personagens ou espaços, posto que, como explicado na seção 3, podemos chamar de indivíduos os objetos físicos, as pessoas, os animais e as coisas que são concretos e identificáveis e classificar como da classe lugar os ambientes, os espaços físicos que podem ser ocupados por indivíduos. Portanto, como a caracterização de personagens ou espaços físicos é tipicamente focalizada no processo textual-interativo no tipo textual descritivo, é comum que se instaure centração em torno desses elementos físicos em descrições, levando-os a adquirir estatuto de tópico discursivo.

Ainda, é possível dizer que a ocorrência de tópicos que são estados-de-coisas nas descrições de nosso material pode ter relação com o traço do tipo descritivo de demonstrar qualidades do ser descrito, já que, segundo também explicamos na seção 3, entidades de segunda ordem podem dizer respeito a estados, o que pode permitir que tópicos que são estados-de-coisas expressem um estado, uma qualidade de um indivíduo ou um lugar, como em (5), em que o tópico é a *Semelhança do jipe do informante com jipes usados na II Guerra Mundial*. Com relação aos tópicos que são propriedades nas descrições de nosso corpus, estes também podem estar relacionados à peculiaridade do tipo descritivo de apresentar qualidades do ser descrito, dado que os casos de tópicos dessa natureza estão centrados em uma propriedade perceptual de um referente, como o tópico *Tonalidade do acabamento da casa do informante*, em (6).

No tocante a particularidades de gêneros narrativos que podem ajudar a compreender as entidades semânticas dos objetos de discurso que são tópicos discursivos nas narrativas de experiência, Koch e Fávero (1987) assinalam que alguns dos traços do tipo narrativo são a asserção de enunciados de ação e a captação de eventos numa sucessão cronológica. Então, a grande predominância de tópicos discursivos que são estados-de-coisas neste tipo de amostra linguística (90,16% dos casos) pode ser explicada pelo traço do tipo narrativo de apresentar enunciados de ação, tendo em vista que essa categoria semântica envolve ações, bem como pela sua particularidade de captar eventos cronologicamente ordenados, sendo que cada

tópico discursivo linearmente ordenado em uma narrativa de experiência vai expressando, via de regra, um evento cronologicamente organizado e proeminente naquela narrativa.

Essa especialidade do tipo narrativo de apresentar eventos conforme uma ordem temporal também pode permitir entender por que a única ocorrência de tópico discursivo do tipo tempo foi apurada em uma narrativa de experiência. Focalizando esse tipo de amostra de fala eventos, acontecimentos situados no tempo, pode ocorrer concentração em torno do próprio tempo, o que ajuda a marcar temporalmente eventos sobre os quais se concentra a interação em outros pontos do texto. Ainda, podemos inferir que esse traço do tipo narrativo de focalizar eventos também permite explicar os casos de tópicos que são proposições em narrativas de experiência, dado que, nessas amostras, os tópicos dessa categoria semântica podem expressar, por exemplo, um julgamento, uma expectativa sobre certo acontecimento que era visto como possível ou esperado num mundo hipotético, conforme é o tópico *Possibilidade de retardação da gravidez da informante caso o pai não tivesse se separado da mãe*, discutido a partir de (8).

Quanto a características do tipo textual argumentativo que podem estar associadas às classes semânticas dos objetos de discurso que são tópicos discursivos em relatos de opinião, Koch e Fávero (1987) apontam que o tipo argumentativo é esquematizado conforme categorias como argumentos, contra-argumentos e tese. Sendo assim, tópicos que são da classe predominante nestas amostras linguísticas, ou seja, que são estados-de-coisas, estariam relacionados a fatos, acontecimentos, que funcionariam como argumentos para sustentar uma tese proposta no relato de opinião.

Na mesma direção, a ocorrência consideravelmente constante de tópicos que são proposições nestas amostras de fala (36,96%) pode ser associada à categoria “tese” do tipo argumentativo. Assim, enquanto tópicos que são entidades da ordem dos estados-de-coisas poderiam ser vistos como argumentos que suportariam uma tese do relato de opinião, tópicos que são da classe das proposições estariam mais relacionados a um julgamento, um ponto de vista, uma avaliação explícita do informante sobre o assunto tratado, o que poderia, portanto, ser entendido como uma tese presente no relato de opinião. Dito de forma resumida, tópicos que são estados-de-coisas atuam como argumentos para uma tese proposta no texto, expressa mais evidentemente por um tópico que é uma proposição.

6 Conclusões

Privilegiando o desenvolvimento recente de estudos do texto de base fundamentalmente pragmática e buscando descrever fenômenos textuais na relação com seu contexto de uso, particularmente na associação com particularidades dos gêneros textuais nos quais esses fenômenos se realizam, neste trabalho, fundamentamo-nos na GTI com o objetivo de descrever os tipos de entidades semânticas dos referentes que são tópicos discursivos em descrições, narrativas de experiência e relatos de opinião, discutindo a influência de traços de gêneros textuais descritivos, narrativos e argumentativos, respectivamente, sobre as categorias semânticas dos tópicos identificados em nosso material.

Como mostramos, em descrições, os referentes que são tópicos discursivos podem ser das categorias lugar, indivíduo, estado-de-coisas ou propriedade, com percentuais maiores de tópicos que são do tipo lugar. Já nas narrativas de experiência, os objetos de discurso com estatuto tópico são da classe dos estados-de-coisas, na quase totalidade dos casos, ou da

categoria das proposições ou, ainda, em um percentual consideravelmente baixo, da classe tempo. Por último, nos relatos de opinião, nossas análises demonstram que a categoria dos estados-de-coisas é a que recobre a maioria dos tópicos nesse tipo de amostra linguística, tendo sido, no entanto, a classe das proposições também recorrente nesse material. A partir desses resultados, argumentamos que os tipos de entidades semânticas dos tópicos discursivos em descrições, narrativas de experiência e relatos de opinião têm motivação em características de gêneros textuais descritivos, narrativos e argumentativos.

Ao argumentarmos que as classes semânticas dos referentes que adquirem estatuto de tópico discursivo são influenciadas por particularidades dos gêneros textuais em que os tópicos são instaurados, reafirmamos nossa filiação à GTI, cujo foco de investigação, como lembramos, é a construção textual integrada aos fatores enunciativos que lhe garantem existência e que se mostram nos próprios procedimentos de constituição do texto (Jubran, 2015a), o que também se demonstrou no trabalho de Cintra (2022).

Como nossas análises revelam, a predominância do tipo de entidade semântica dos referentes que são tópicos discursivos irá variar de acordo com diferentes gêneros textuais, em razão de fatores envolvidos no contexto real de uso da linguagem e, por conseguinte, de particularidades dos gêneros a que os textos se filiam. Essa constatação aponta para uma proposta por nós pensada (Garcia, 2022) – a de que os gêneros textuais se diferenciam uns dos outros e, portanto, podem ser caracterizados pelos tipos de entidades semânticas dos referentes que são tópicos em cada um deles. Tal proposta abre caminhos para o desenvolvimento de trabalhos futuros que envolvam um conjunto de pesquisas voltado para a análise dos tipos semânticos dos tópicos nos mais variados gêneros textuais, visando descrever os diferentes gêneros de texto a partir da categoria tópico discursivo e entender as classes semânticas de tópicos que orientam a construção do texto em diversos gêneros. Investigações dessa natureza continuariam se preocupando em compreender como os textos são construídos na sua relação com o contexto comunicativo, colaborando para o desenvolvimento recente de estudos textuais de base pragmática, como o faz este estudo.

Agradecimento

A pesquisa que deu origem a este artigo foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. À CAPES, agradecemos o financiamento.

Referências

- AUSTIN, J. L. Locutionary, illocutionary, perlocutionary. In: HARNISH, R. (org.). *Basic topics in the philosophy of language*. New Jersey: Prentice Hall, 1962. p. 30-39.
- BROWN, G.; YULE, G. *Discourse analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- CAMACHO, R. G. O papel da estrutura argumental na variação de perspectiva. In: KOCH, I. V. (org.). *Gramática do Português Falado*. 2. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. p. 259-279. v.6.

- CAMACHO, R. G.; DALL'AGLIO-HATTNER, M. M.; GONÇALVES, S. C. O substantivo. In: ILARI, R. (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: palavras de classe aberta*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 13-63. v.3.
- CASTILHO, A. T. O português culto falado no Brasil – história do Projeto Nurc no Brasil. In: PRETI, D. URBANO, H. (org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. v. IV, Estudos. São Paulo: T.A. Queiroz/Fapesp, 1990. p. 141-197.
- CINTRA, M. R. A referência em cartas de leitor mineiras. In: PENHAVAL, E.; CINTRA, M. R. (coord.). *História do português brasileiro: diacronia dos processos de construção de textos*. São Paulo: Contexto, 2022. p. 124-143.
- DIK, S. C. *The Theory of Functional Grammar: The Structure of the Clause*. 2. ed. rev. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.
- GARCIA, A. G. *Uma abordagem textual-interativa da relação entre organização tópica e referência em descrições, narrativas de experiência e relatos de opinião*. 2022. 259 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2022. Disponível em: < <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/3f751cfa-115d-4f52-9b51-3093307f601a>>. Acesso em: 4 out. 2025.
- GASPARINI-BASTOS, S.D.; GONÇALVES, S. C. L. Roteiro para coleta de amostras de fala: projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista). 2005. Disponível em: <http://www.alip.ibilce.unesp.br>. Acesso em: 12 abr. 2022.
- GONÇALVES, S.C.L. *Banco de dados Iboruna: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista*. 2007. Disponível em: <http://www.alip.ibilce.unesp.br/>. Acesso em: 30 out. 2024.
- GUERRA, A. R. A organização tópica em cartas de leitor paulistas. In: PENHAVAL, E.; CINTRA, M. R. (coord.). *História do português brasileiro: diacronia dos processos de construção de textos*. São Paulo: Contexto, 2022. p. 38-67.
- HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. *Journal of Semantics*, v. 6, 1988, p. 227-269.
- HENGEVELD, K. *Non-verbal predication: theory, typology, diachrony*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1992.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: A typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- JUBRAN, C. C. A. S. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: A construção do texto falado*. São Paulo: Contexto, 2015a.
- JUBRAN, C. C. A. S. Tópico Discursivo. In: JUBRAN, C. C. A. S. (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: A construção do texto falado*. São Paulo: Contexto, 2015b. p. 85-126.
- JUBRAN, C. C. A. S. Uma Gramática textual de orientação interacional. In: CASTILHO, A. T.; MORAIS, M. A. T.; LOPES, R. V.; CYRINO, S. M. L. (org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: FAPESP; Campinas: Pontes Editores, 2007. p. 313-327.
- JUBRAN, C. C. A. S. Revisitando a noção de tópico discursivo. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 48, n. 1, p. 33-41, 2006a. DOI: 10.20396/cel.v48i1.8637253.
- JUBRAN, C. C. A. S. Tópico Discursivo. In: JUBRAN, C. C. A. S. J.; KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: Construção do texto falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006b. p. 89-132.

- JUBRAN, C. C. A. S.; RISSO, M.; URBANO, H.; FÁVERO, L.; KOCH, I. G. V.; MARCUSCHI, L. A.; TRAVAGLIA, L. C.; SOUZA E SILVA, M. C. P.; ANDRADE, M. V.; AQUINO, Z.; SANTOS, M. C. Organização tópica da conversação. In: ILARI, R. (org.). *Gramática do português falado: Níveis de análise linguística*. 4. ed. rev. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. p. 341-428.
- KOCH, I. G. V.; FÁVERO, L. L. Contribuição a uma tipologia textual. *Letras & Letras*, Uberlândia, v. 3, n. 1, p. 3-10, 1987.
- KOCH, I. V. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- LYONS, J. *Semântica*. Lisboa: Editorial Presença, 1977a. v. 1.
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977b. v. 2.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MONDADA, L. Gestion du topic et organisation de la conversation. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 41, p. 7-35, 2001. DOI: 10.20396/cel.v41i0.8636999.
- OLIVEIRA, G. A. *Estudo do processo de estruturação interna de segmentos tópicos mínimos em cartas de leitores de jornais paulistas do século XXI*. 2016. 194 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/144361>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- OLIVEIRA, R. P. *Semântica formal: uma breve introdução*. Campinas: Mercado das Letras, 2001.
- PENHAVEL, E. A organização tópica em editoriais paulistas. In: PENHAVEL, E.; CINTRA, M. R. (coord.). *História do português brasileiro: diacronia dos processos de construção de textos*. São Paulo: Contexto, 2022. p. 68-101.
- PENHAVEL, E. *Marcadores Discursivos e Articulação Tópica*. 2010. 168 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_ece1coc40655b1d18d29fc578a922483. Acesso em: 13 dez. 2021.
- PENHAVEL, E. O processo de organização intratópica em narrativas de experiência. *Revista Diálogo e Interação*, Cornélio Procópio, v. 14, n. 1, p. 119-145, 2020. Disponível em: <https://www.faccrei.edu.br/revista/index.php/revista-dialogo-e-interacao/issue/view/4>. Acesso em: 9 dez. 2021.
- PENHAVEL, E.; CINTRA, M. R. (coord.). *História do português brasileiro: diacronia dos processos de construção de textos*. São Paulo: Contexto, 2022. v. 11.
- PINHEIRO, C. L. *Estratégias textuais-interativas: a articulação tópica*. Maceió: EDUFAL, 2005.
- SEARLE, J. R. *Expressão e significado: estudos da teoria dos atos de fala*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SOUZA, A. D. *Estudo da organização intratópica e das relações retóricas em minissagas*. 2020. 322 p. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2020. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/194468/souza_ad_dr_sjrp.pdf?sequeseq=3. Acesso em: 1 dez. 2021.
- ZANIN, I. C. A. *A diacronia da organização tópica em cartas de redator e editoriais de jornais paulistas*. 2023. 197 p. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/oef61b9a-f214-43ab-8b10-7b28b802cf26>. Acesso em 18 out. 2024.